

O 25 DE ABRIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

José Medeiros Ferreira

1. A MUDANÇA DE REGIME E AS REACÇÕES INTERNACIONAIS

Assim como a implantação da República em 1910 se inscreveu num movimento endógeno português em plena Europa das monarquias, também a revolução do 25 de Abril de 1974 foi um acto singular no contexto internacional da altura.

A Junta de Salvação Nacional, formada em 26 de Abril de 1974, não teve problemas maiores para ser reconhecida a nível internacional. Independentemente das formas diplomáticas evocadas pode-se dizer que ao tomar posse o I Governo Provisório (16 de Maio de 1974) já a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas importantes haviam reconhecido o poder político emergente do golpe militar de 25 de Abril de 1974. O Brasil fizera-o a 27, a África do Sul a 28, a Espanha, os EUA e a República Federal da Alemanha declaram que mantinham inalteráveis as suas relações com Portugal. E o Reino Unido, após consultas aos países membros da CEE, da NATO e de Commonwealth anuncia, a 3 de Maio, ter reconhecido o novo regime de Lisboa¹.

Nada que se possa comparar, por exemplo, ao difícil processo de reconhecimento internacional do regime republicano português que durou cerca de um ano.

E aquele que se revelará como o político mais civilista da revolução, Mário Soares, não hesita em partir, no dia 2 de Maio de 1974 para a Europa, de onde regressara do exílio a 26 de Abril, para, nas suas próprias palavras, «explicar aos chefes de Estado europeus a importância das modificações em Portugal»².

O que impressionou primeiro a comunidade internacional foi o facto de ter sido derrubada a ditadura cinquentenária que mantinha uma guerra colonial há mais de dez anos em África.

Assim, o mundo das democracias políticas pluralistas, e outros países considerados «ocidentais» como a Espanha e o Brasil, que ainda eram dotados de regimes ditatoriais, reconhecem de imediato a Junta de Salvação Nacional formada a 26 de Abril e composta apenas por oficiais-generais. A promessa contida no Programa do MFA da constituição de um governo civilista pode ter tido alguma influência mas não se afigurou decisiva na

ocasião para o reconhecimento e a aceitação geral que a mudança política operada pelo Movimento das Forças Armadas granjeou imediatamente.

No entanto, as maiores implicações para a forma como o novo regime em Portugal seria apreciado do ponto de vista internacional estavam expressas noutra ponto do Programa do MFA em que se prometia, de maneira assaz vaga, o «Lançamento dos fundamentos duma política ultramarina que conduza à paz».

Mas, no interior da Junta de Salvação Nacional ainda nem todos conjugavam paz com descolonização em relação ao problema ultramarino, embora todos estivessem de acordo no

rápido estabelecimento do cessar-fogo nos diferentes teatros de operações militares. As clivagens existentes no seio da Junta de Salvação Nacional sobre o modo de se alcançar a paz ajudou muito à emergência do MFA como força política no período revolucionário. E as posições que a coordenadora do MFA tomará quanto ao processo de descolonização permitirão que em termos internacionais ninguém se questione sobre

AS MAIORES IMPLICAÇÕES PARA A FORMA
COMO O NOVO REGIME EM PORTUGAL SERIA
APRECIADO DO PONTO DE VISTA INTERNACIONAL
ESTAVAM EXPRESSAS NOUTRO PONTO
DO PROGRAMA DO MFA EM QUE SE PROMETIA,
DE MANEIRA ASSAZ VAGA, O «LANÇAMENTO
DOS FUNDAMENTOS DUMA POLÍTICA ULTRAMARINA
QUE CONDUZA À PAZ».

a natureza militar ou não do regime enquanto as colónias não acederam à independência. Aliás, as únicas dificuldades diplomáticas que se depararam as novas autoridades de Lisboa tiveram a ver com o processo de descolonização.

Foi mais fácil o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS e restantes países do Leste europeu do que com os países do Terceiro Mundo por causa da questão colonial.

Pelo menos desde 1973, que, sob os auspícios dos trabalhos preparatórios da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), se assistia a alguns esforços da delegação portuguesa para estabelecer contactos com os países do Leste europeu com os quais Portugal não mantinha relações diplomáticas. Recorde-se que a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, desde os trabalhos preparatórios ocorridos em 1973, deu mais importância à manutenção de fronteiras e dos Estados existentes como resultado das consequências da II Guerra Mundial do que às questões dos regimes internos de cada país participante.

A CSCE terá aliás depois uma grande importância para a tolerância geral com que foi encarada a emergência do MFA entre 1974 e 1975 no contexto europeu.

A CSCE que ocorreu entre 1973-1975 colocou de novo a questão das chamadas «zonas de influência» no continente europeu. A derrocada do regime ditatorial em Portugal, o período revolucionário e a consolidação da democracia pluralista ocorreram em plena discussão e posterior manutenção dessas zonas de influência. Mas a questão dos regimes internos nos estados europeus não tinha relevância para as decisões de política internacional. Não se questionavam as «democracias populares» a Leste, como não se

banira a Grécia dos coronéis, ou as ditaduras ibéricas. O que se pretendia era a representação de todos os Estados e a consolidação das fronteiras tidas por mais seguras para o então peculiar equilíbrio Leste/Oeste.

O contexto internacional em 1974-1975 não era pois especialmente adverso à «via original» teorizada por alguns ideólogos do MFA. Não era a participação de militares que feria alguns países aliados mas sim o tropismo pró-comunista detectado no primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Havia mesmo no MFA quem não desconhecesse o que a comunidade internacional no seu conjunto esperava como primeira consequência da revolução operada em 25 de Abril: uma franca política de descolonização. Nisso eram herdeiros da sensibilidade internacional revelada pelo general Botelho Moniz em 1961. Mas além dessa compreensão do contexto mundial os militares do MFA foram dos primeiros a compreender que o cessar-fogo pretendido estava ligado à clarificação da nova política portuguesa quanto à aceitação da independência rápida das colónias.

E como se sintetizou em 1983: «A emergência do Movimento das Forças Armadas como agente político no período pré-Constitucional, está intimamente relacionada com o seu objectivo de controlo no plano nacional e com o rumo a dar à questão colonial portuguesa.»³

A grande clivagem entre o general Spínola e o MFA operou-se na questão da natureza da descolonização. Será entre Junho e Setembro de 1974 que se definirá o processo de descolonização com as estruturas do MFA (assembleias, comissões coordenadoras no Ultramar, coordenadora nacional) a pressionarem no sentido mais consonante com as expectativas da ONU e da OUA.

Os militares portugueses vão agir tendo em conta todos esses dados. E as reacções internacionais à presença de militares no poder político em Portugal estarão nesta fase condicionada pela posição das forças políticas quanto à descolonização. Só a partir dos acontecimentos em Angola e em Timor durante o Verão de 1975 se quebrará a extraordinária consideração internacional que o MFA suscitara no início da revolução. Pode-se considerar hoje não ter havido apenas «uma via militar» no processo de transição revolucionário ocorrido em Portugal entre 1974 e 1976. Desde a conjugação das estratégias entre um núcleo militar à volta do general Vasco Gonçalves e o Partido Comunista, até ao aparecimento do «Grupo dos Nove» com Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço e outros que se lhe opõem, aos defensores do «poder popular» – cujo chefe será Otelo Saraiva de Carvalho –, todos pretenderam ganhar apoios internacionais. A linha «gonçalvista» é a mais próxima de um entendimento com os países socialistas do Leste europeu e com a URSS, enquanto Otelo oscila nos apoios que quer suscitar, chegando a visitar Cuba, como Rosa Coutinho tinha visitado o Peru do general Alvarado. O «Grupo dos Nove», sobretudo graças à influência de Melo Antunes, apresenta-se como terceiro-mundista mas pretende boas relações com o mundo ocidental, que no Verão de 1975 está perplexo com o caso português.

«O que levou o bloco EUA – Europa Ocidental a interessar-se pela evolução portuguesa e, por seu turno, à formal e informal penetração deste membro da NATO em 74-75 foi a preocupação de estrategos políticos e militares por aquilo a que chamam o *flanco Sul da NATO a esboroar-se*. A concentração naval soviética no Mediterrâneo e a pujança do partido comunista nesta região eram sentidas como duas lâminas de uma tesoura a fragmentar a coesão política da NATO e a pôr em perigo as suas comunicações militares»⁴, observou Reiner Eisfeld.

2. O COMPORTAMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA E DO PCUS

Está ainda pouco estudado o comportamento da URSS durante o período revolucionário em Portugal. São mais as conjecturas do que o conhecimento empírico e fundamentado a comandar as interpretações.

Como resumiu um dos raros estudiosos com trabalhos publicados sobre esta matéria:

«Considerada globalmente, a política seguida pela URSS em relação a Portugal e ao PCP parece ter andado ao sabor das situações, mais frequentemente contraditória do que coerente. Reconhecendo como vantajosos os aspectos políticos, comercial e tecnológicos da política de desanuiamento com os EUA, os dirigentes soviéticos receavam que Portugal pudesse vir a tornar-se um estorvo à Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Não desejando pôr em risco a *détente*, preferiram tomar uma posição que já foi caracterizada como operação essencialmente de baixo risco e investimento limitado»⁵.

Testemunhas como Willy Brandt e Helmut Schmidt abonam nesse sentido. Mas o relato das conversações mantidas por Mitterrand em Moscovo em Abril de 1975 revela um maior apoio soviético à via comunista-militar em Portugal conhecida historicamente por «gonçalvismo» do que o reconhecido por aqueles dirigentes alemães, que aliás se revelariam extremamente solidários no apoio que deram ao Partido Socialista entre 1975 e 1976.

Em Abril de 1975 François Mitterrand está em Moscovo onde encontra os principais dirigentes soviéticos da altura. Os acontecimentos em Portugal são abordados. Assim, para Michail Souslov, membro do Secretariado do PCUS, a questão portuguesa, debatida durante mais de duas horas, é considerada a pedra angular da coexistência pacífica e ele defende a aliança de Álvaro Cunhal com os esquerdistas⁶.

Nessa aliança com os «esquerdistas» estava certamente a aliança com os oficiais radicais do MFA que pretendiam subalternizar o papel da Assembleia Constituinte e procuravam implantar uma espécie de «ditadura desenvolvimentista» à Kemal Atatürk (a célebre via peruana), sob a capa do «poder popular» e da aliança Povo-MFA.

Sobre a posição do PCUS, interroga-se Mitterrand:

«Tudo se passa como se os russos, tentados pela experiência portuguesa, sondassem a capacidade de resposta dos ocidentais. Um regime comunista, ou para-comunista, em

Lisboa, e como reacção o separatismo nos Açores, a divisão de Portugal afastando para o Ocidente a linha de demarcação entre os dois mundos de alguns milhares de quilómetros, quem o teria imaginado em Yalta? A extraordinária aposta dos mais altos dignatários soviéticos no cenário estreito onde se representa o último acto da revolução dos cravos demonstra que este sonho pode habitar as cabeças mais frias.»⁷

Sobre as relações entre o PCP e os militares, o antigo chanceler austríaco Bruno Kreisky oferece-nos a seguinte opinião:

«[...] o Partido Comunista Português pôs-se, por assim dizer, sob o comando das Forças Armadas, chegando a submeter-se a elas, mas ao mesmo tempo aproveitando-se da in experiência política de oficiais e soldados radicais de boa fé para fazer a sua própria política.»⁸

Encontramos no livro de Helmut Schmidt, *Menschen und Mächte*, um curioso diálogo sobre a situação portuguesa no ano de 1975 entre ele, o Presidente dos EUA Gerald Ford, e Henri Kissinger⁹.

Nesse diálogo, ocorrido em Bruxelas em 29 de Maio de 1975, Kissinger afirma que os oficiais de tendência comunista aumentaram o seu peso em Portugal enquanto o antigo chanceler alemão responde não prever uma ajuda económica de longo prazo da União Soviética a Portugal, embora seja impiedoso em relação à apreciação dos responsáveis militares da altura.

«Alguns responsáveis do exército que representavam Portugal nos órgãos da Aliança Atlântica e da OTAN expressavam com uma ingenuidade surpreendente certos pontos de vista provindos às vezes de um marxismo bem primário. Era nomeadamente o caso do chefe do governo Gonçalves e do chefe de Estado Costa Gomes. Eis porque compreendia muito bem Ford e Kissinger quando estes desconfiavam do regime de Lisboa.»¹⁰

Já Carlos Gaspar, num dos seus trabalhos, chama a atenção para um artigo de Konstantin Zarodov publicado na *Pravda* de 6 de Agosto de 1975 sobre a estratégia leninista na luta revolucionária e para as interpretações que sublinhavam que «a seguir à Conferência de Helsínquia, símbolo da *détente* e do *status quo* na Europa, a URSS demarcava-se da sua moderação oficial, para dar a bênção a um golpe comunista em Portugal»¹¹.

Essa tomada de poder pelos comunistas, a fazer-se, só seria possível em aliança com os militares revolucionários. Mas há também quem afirme que a estratégia soviética só se interessava pelos acontecimentos em Lisboa na medida em que estes pudessem influenciar a descolonização num sentido favorável

HÁ QUEM AFIRME QUE A URSS
SÓ SE INTERESSAVA PELOS ACONTECIMENTOS
EM LISBOA NA MEDIDA EM QUE ESTES PUDESSEM
INFLUENCIAR A DESCOLONIZAÇÃO NUM SENTIDO
FAVORÁVEL AOS SEUS INTERESSES.

aos seus interesses. Em qualquer caso a URSS manterá sempre boas relações com os militares do MFA.

Mesmo depois da normalização democrática em Portugal houve a preocupação por parte das autoridades soviéticas de promover relações com o Conselho da Revolução.

No entanto, num encontro que o autor destas linhas, quando ministro dos Negócios Estrangeiros teve com o ministro Gromiko na sede das Nações Unidas em Outubro de 1976, este demonstrou a maior aceitação da nova orientação da política externa portuguesa que fora apresentada à Assembleia Geral da ONU na altura. E aceitou o convite que lhe foi endereçado para visitar Portugal, embora esta depois não se efectivasse. Mas foi claro o seu entendimento de que Portugal escolhera o mundo das democracias ocidentais.

3. UMA REVOLUÇÃO ÀS PORTAS DA CEE

A política da CEE em relação a Portugal nesse período esteve também mais dependente do tipo de regime interno e da sua orientação externa do que propriamente da presença ou não de militares nos órgãos de poder, desde que essa presença não afectasse a caracterização do regime político como sendo uma democracia pluralista. Para melhor se compreender os parâmetros do que se acaba de referir mencione-se o facto de o pedido de adesão de Portugal à CEE ter sido aceite quando a Constituição ainda albergava o Conselho da Revolução e o Presidente da República era um militar. Porém, já então era claro o respeito integral dos princípios democráticos pluralistas, a Constituição elaborada pela Assembleia, saída das eleições de 25 de Abril de 1975, estava em vigor desde 25 de Abril de 1976, e o I Governo Constitucional era presidido por Mário Soares.

As relações entre a revolução e a CEE colocaram-se logo que esta se desencadeou.

Em 27 de Junho de 1974, o I Governo Provisório presidido por Adelino da Palma Carlos pediu auxílio económico a Bruxelas. E em Novembro do mesmo ano, o III Governo Provisório presidido por Vasco Gonçalves recorre de novo à CEE. Mas nas suas reuniões de 26 de Maio e de 24 de Junho de 1975 os ministros dos Negócios Estrangeiros das Comunidades protelam qualquer decisão favorável a Lisboa. E o próprio Conselho da Europa de Junho de 1975 relembra que a Comunidade Europeia só pode dar o seu apoio a uma democracia pluralista, «conotando pluralista, evidentemente, com a filosofia política do sistema EUA – Europa Ocidental, e não com o credo socialista pluralista professado quatro semanas antes pelo MFA»¹².

Saliente-se que esse «credo socialista pluralista» do MFA era muito ambivalente e pouco consistente, como a experiência em breve se encarregaria de demonstrar. Mas convém ter em conta para se compreender melhor as reacções internacionais desencadeadas no Verão de 1975 a própria evolução institucional e ideológica do MFA.

Até aos acontecimentos do 11 de Março de 1975 as chancelarias dos países da CEE seguem com atenção a revolução portuguesa, mas sem demonstrarem excessiva

preocupação. Porém, após a nova derrota do general Spínola, e o surgimento do Conselho da Revolução como órgão de soberania, assim como o reforço dos comunistas no poder, decidem oficializar as suas inquietações.

É o que nos relata nas suas Memórias, o então embaixador belga acreditado em Lisboa, Max Wéry:

«Recebemos ordem de comunicar à personalidade que julgássemos a mais qualificada de Portugal, a preocupação e a inquietação dos nossos governos respectivos face à orientação da política portuguesa.»¹³

O mesmo embaixador relata-nos a audiência que teve com Costa Gomes na Sexta-Feira Santa de Março de 1975. Nela, Costa Gomes diz compreender a inquietação dos governos ocidentais e garante que haverá eleições livres para a Assembleia Constituinte. Além disso o Presidente declarou que «nada havia mudado na política externa do país [...], que se mantinha absolutamente fiel à OTAN»¹⁴.

A ocupação do jornal *República* por esquerdistas em Maio de 1975 levou à saída do PS, em 10 de Julho, do IV Governo Provisório por discordar da atitude do Conselho da Revolução sobre o assunto. O «caso República» ajudou a tornar clara a posição do Partido Socialista em Portugal face ao MFA.

Para Mitterrand a atitude do Conselho da Revolução no caso fez perigar a existência de uma imprensa livre em Portugal ao sancionar a ocupação: «Rei Salomão com olho zarolho, o Movimento das Forças Armadas deu a sua sentença mandando selar as instalações. Adeus imprensa livre.»¹⁵

De facto, François Mitterrand estava sensibilizado para a questão do jornal *República* desde que Mário Soares e Medeiros Ferreira participaram numa reunião de dirigentes socialistas da Europa do Sul na sua casa de Verão nas Landes. E embora a querela entre socialistas e comunistas em Portugal perturbasse a estratégia da «União de Esquerda» em França, o facto é que o primeiro secretário do PSF não hesitou em denunciar a situação de perigo para o pluralismo político que se vivia ao tempo em Lisboa, tendo então acentuado mais o papel errado dos militares do que a cumplicidade dos comunistas portugueses no assunto.

Porém, quer Mitterrand quer os principais dirigentes da Internacional Socialista, tomarão progressivamente consciência dos perigos que a implantação de um regime político de democracia política pluralista de tipo ocidental estava a conhecer em Portugal nesse «Verão Quente» de 1975.

Willy Brandt é muito claro no seu testemunho sobre as razões do apoio da internacional socialista a Mário Soares em Agosto de 1975 quando

«os comunistas, em colaboração com alguns militares, quiseram deturpar o resultado das eleições de Abril, por meio de infiltração e pressão, quase provocando uma reacção internacional que teria posto em perigo, muito seriamente, o futuro democrático de

Portugal. As perspectivas de uma evolução política positiva em Portugal não eram então boas.

Perante tal situação, sugeri aos dirigentes social-democratas e socialistas que participaram na Conferência de Estocolmo em 2 de Agosto de 1975 a criação de um Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal. A sua constituição teve lugar em Londres em 5 de Setembro»¹⁶.

Entre os propósitos desse Comité salientam-se a aproximação e a colaboração prática com o Partido Socialista dirigido por Mário Soares, a influência a exercer junto dos governos europeus e outras forças actuantes na política internacional no sentido de os dissuadir de ideias erradas sobre Portugal e ainda «visitar e contactar com numerosas altas individualidades com responsabilidade política e militar»¹⁷.

Como se verifica, não esteve fora dos propósitos de Willy Brandt manter relações com os militares portugueses tidos na altura como mais favoráveis ao estabelecimento de um regime democrático de tipo ocidental. Numa época de intensa intervenção militar na evolução política em Portugal, o contrário é que teria sido surpreendente.

Depois do 25 de Novembro a própria Comunidade Económica Europeia irá retomar o diálogo com o VI Governo Provisório, e desse diálogo resultará a elaboração dos chamados «Protocolos Adicionais» ao Acordo assinado entre as duas partes em 1972, quando o Reino Unido e outros países da EFTA aderiram às Comunidades.

Esses «Protocolos Adicionais» de natureza financeira, industrial e comercial marcavam um género de normalização das relações entre Portugal e as Comunidades Europeias que tinha mais em conta a orientação previsível pró-economia de mercado e pró-ocidental do que qualquer consideração sobre o tipo de regime político; embora a aprovação da Constituição em 2 de Abril de 1976 desse garantias suficientes que assim seria. Aliás, esses Protocolos Adicionais negociados e elaborados durante o VI Governo Provisório acabariam por só serem assinados depois de o I Governo Constitucional ter tomado posse.

Por outro lado, embora os governantes portugueses estivessem sempre presentes nas reuniões do Conselho do Atlântico, muitos documentos militares da NATO não circularam em Portugal durante o período revolucionário, nomeadamente os respeitantes ao dispositivo atómico. Era uma cautela que tinha mais em conta a presença de representantes do Partido Comunista Português no Governo do que a presença de militares no poder político em Lisboa. Porém, desde os primeiros meses de 1976 assiste-se a uma progressiva normalização das relações entre a NATO e Portugal, nomeadamente no domínio militar, com o accionamento da Brigada Mista Independente pré-posicionada em Santa Margarida.

Um país que certamente não foi indiferente à evolução política portuguesa foi o Reino Unido, na altura dotado de um governo trabalhista, e cujo primeiro-ministro era James Callaghan. E não foi por mero protocolo que a Internacional Socialista escolheu Londres como capital para a reunião de constituição do «Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal» em 5 de Setembro de 1975. A haver pressão

internacional sobre Portugal, de Londres teria partido o esforço principal. Mas a descolonização não se efectuou perante a surpresa britânica. O Reino Unido foi um dos primeiros países europeus a reconhecer a República Popular de Angola.

4 . OS ESTADOS UNIDOS PRÓXIMOS E DISTANTES

Está hoje suficientemente divulgada a visão de que os Estados Unidos foram surpreendidos pela eclosão do 25 de Abril de 1974 e que se desorientaram sobre a política a seguir até à chegada de Frank Carlucci III como seu embaixador em Lisboa em Janeiro de 1975¹⁸. No tempo de John F. Kennedy e do embaixador Elbrick os EUA haviam-se interessado pela mudança política de Lisboa face a África e aproximaram-se de militares como o general Botelho Moniz que queriam essa mudança. Mas com o Presidente Nixon ocupado com o Vietname e com o *Watergate*, e o embaixador Scott em tranquila rotina, os Estados Unidos vão aparecer distantes no início da revolução.

Essa «ausência» de reacção dos Estados Unidos durante os primeiros meses da revolução causou um vazio na estratégia de alguns políticos portugueses, que talvez estivessem a contar com um maior interesse norte-americano nos destinos de Portugal, especialmente quando o país se preparava para descolonizar.

Só assim se compreende o relato desiludido que o general Spínola fez do seu encontro com o Presidente norte-americano Richard Nixon em Junho de 1974.

A impressão com que se fica ao ler o «relatório-resumo» da entrevista entre Spínola e Nixon efectuada nas Lajes a 19 de Junho de 1974 é a de uma ausência de eco por parte do ainda Presidente dos EUA aos consecutivos gritos de alarme lançados pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, que chamam a atenção para o apoio que os comunistas em Portugal estariam a receber da União Soviética: «Entrando no campo geopolítico, o Presidente Spínola salientou a possibilidade de Portugal se transformar num País comunista e os reflexos desse facto na vizinha Espanha, cujas estruturas, em seu entender, haviam sido muito abaladas com a Revolução Portuguesa.»¹⁹

KISSINGER NÃO SE SINTONIZOU COM A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL. AS SUAS ANÁLISES, AS SUAS PREVISÕES, AS SUAS REACÇÕES APARECERAM SEMPRE FORA DO CONTEXTO.

Pelo seu lado «O Presidente Nixon [...] mostrou-se surpreendido com os reflexos da Revolução Portuguesa no processo político espanhol», embora reconhecesse que «teria de evitar-se, por todas as formas, a implantação do comunismo na Península Ibérica». Porém, quanto à questão do auxílio financeiro a Portugal referido pelo Presidente Spínola naquela entrevista, «esclareceu que a sua acção se encontrava condicionada às decisões do Congresso, acrescentando que iria providenciar para que este fosse convenientemente informado sobre o problema português».

Enfim, pouco menos do que nada.

Se no caso de Nixon se pode compreender a sua ausência de resposta perante as circunstâncias, já no caso de Henry Kissinger convém ver mais de perto as razões do

alheamento inicial norte-americano. Kissinger não se sintonizou com a revolução em Portugal. As suas análises, as suas previsões, as suas reacções apareceram sempre fora do contexto. O homem que tão bem compreendera o que se estava a passar no Vietname, na China, na URSS e até na Espanha não entendeu o mosaico português. É certo que também não se responsabilizou por qualquer acção especial contra o poder em Lisboa. Para justificar a sua inacção chegou mesmo a nomeá-la de «teoria da vacina»: primeiro, Portugal caíra na febre comunista debilitando o seu organismo, depois toda a Europa, perante fenómeno tão negativo mas localizado, ficaria imune à experiência. Por outras palavras, Kissinger deixava correr as coisas durante os meses decisivos da revolução em Portugal mais preocupado com a retirada norte-americana do Vietname, com o conflito do Médio-Oriente, com o Irão, com a transição em Espanha, e com os dias finais do Presidente Nixon a quem Washington preferiu que se atolasse no caso *Watergate* do que se justificasse da decisão de terminar a guerra do Vietname...

Kissinger resumiu assim a sua posição sobre os acontecimentos revolucionários em Portugal:

«A minha posição tem sido a de que sem um esforço sistemático para encorajar as forças pluralistas em Portugal estas sairiam derrotadas. Durante algum tempo discordámos da posição da Europa Ocidental para quem as forças apoiantes do governo existente no início deste ano (1975) acabaram por impor o pluralismo. Encarei esta hipótese com cepticismo. Durante o Verão a Europa Ocidental chegou à mesma conclusão. Nomeadamente que o pluralismo teria de ser activamente encorajado.»²⁰

Ao que parece a atitude de Kissinger terá sido ditada pela percepção que tinha das características endógenas do processo revolucionário português. Eis um dado sobre esta questão:

«Embora muitas vozes norte-americanas se tivessem erguido contra uma alegada intervenção soviética em Portugal, a do Dr. Kissinger foi, inicialmente, bastante cautelosa, mesmo branda, até Agosto de 1975. Por exemplo, em Julho, em Helsínquia, chegou ao ponto de quase justificar a União Soviética: Devemos concordar que o desanuviamento não pode ser utilizado para pedirmos à União Soviética que resolva todos os nossos problemas [...]. Muitos problemas em Portugal têm raízes endógenas.»²¹

Também em relação à descolonização portuguesa Henry Kissinger hesitará em compreendê-la, sobretudo no caso de Angola.

Analisada sem ter em conta a grelha explicativa do conflito Leste/Oeste, as dificuldades na transferência de poder para Luanda foram tidas durante os primeiros meses de 1975 como resultado das divergências locais entre os vários movimentos de libertação. Meses depois da aporia evidente do laborioso acordo de Alvor de Janeiro de 1975, ainda havia quem no gabinete de Kissinger tudo resumisse à explicação oitocentista das rivalidades

étnicas. Só a partir do Verão de 1975 a tese da penetração soviética em Angola via MPLA conseguiu vingar em Washington²². Mas já era tarde para impedir o MPLA de tomar o poder em Luanda. Aliás, o MPLA também tinha apoiantes entre os preparadores das decisões políticas quer no Departamento de Estado quer na Casa Branca.

Seja como for, a acção dos EUA em relação ao processo revolucionário em curso em Portugal foi a partir dos meados de 1975 conduzida com maestria pelo seu embaixador em Lisboa Frank Carlucci com boas relações com Mário Soares e que não desdenhou a importância do «Documento dos Nove», nem subestimou o factor militar na progressiva normalização da vida política portuguesa. Ele foi um dos defensores do apoio norte-americano a um plano de modernização das Forças Armadas Portuguesas tendo em conta os compromissos nacionais com a NATO. Desde Fevereiro de 1976 que o então chefe do Estado-Maior do Exército, general Ramalho Eanes, dá prioridade à implementação da Brigada Mista Independente de Santa Margarida. É a preparação do regresso dos militares aos quartéis, ainda a Constituição não estava aprovada...

Também vão terminar os dispersos apoios aos movimentos independentistas nos Açores e na Madeira activados no ano de 1975.

O CARÁCTER REVOLUCIONÁRIO
QUE OS ACONTECIMENTOS TOMAM EM PORTUGAL
DEPOIS DO DERRUBE DA DITADURA INTRODUZIU
UMA DIALÉCTICA INTERPENINSULAR MUITO MAIS
COMPLEXA DO QUE A PRESENÇA DE MILITARES
NOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA.

5. A REVOLUÇÃO VIGIADA DE ESPANHA E A TRANSIÇÃO ESPANHOLA

Quando se deu o 25 de Abril, a Espanha preparava-se para o após franquismo na versão que acabou por se revelar frutuosa na hora da transição: a aliança entre a Monarquia, na figura de Juan Carlos, e as Forças Armadas. A forma portuguesa «Povo-MFA» pode parecer mais «plebeia», mas, do ponto de vista da «via militar» a particularidade reside mais na manutenção ou não da linha hierárquica das instituições militares durante o processo de transição do que em qualquer diferença de natureza ideológica, em termos do comportamento das Forças Armadas de ambos os países.

No entanto, o carácter revolucionário que os acontecimentos tomam em Portugal depois do derrube da ditadura introduziu uma dialéctica interpeninsular muito mais complexa do que a presença de militares nos órgãos de soberania, que estava longe de espantar as chancelarias de ambos os países.

Como sintetizou um estudioso dessa interacção:

«Podem referir-se duas fases diferenciadas na influência portuguesa em Espanha. A primeira, positiva, que vai desde o 25 de Abril até à queda do general Spínola a 30 de Setembro de 1974, e em que Portugal é uma janela aberta pela qual perpassa um prazenteiro vento atlântico que rejuvenesce e agita a murcha árvore franquista; e a segunda, negativa, desde 30 de Setembro de 1974 até finais de 1975, quando a política

portuguesa está dominada pela esquerda, em especial pelo PCP, o que provoca uma grande inquietação no regime, visto que teme o contágio português e a instauração do comunismo na fronteira terrestre mais extensa de Espanha.»²³

A «via militar» foi pois encarada em Espanha tendo em conta as consequências dos acontecimentos portugueses na transição espanhola e o grau de desordem em Portugal. O radicalismo militar em Portugal não originou qualquer fenómeno similar em Espanha, embora vários observadores garantam que o MFA teve contactos estreitos com o núcleo dinamizador da Unión Militar Democrática em Espanha, nomeadamente com os oficiais do Exército Busquets e Luis Otero²⁴.

Já vimos no entanto que o Presidente dos EUA não acreditava muito no contágio à Espanha do exemplo da revolução portuguesa e a posição de Kissinger para a Península Ibérica era a de concentrar esforços numa transição pacífica da ditadura franquista para um regime democrático pluralista de tipo ocidental. O estado político em Portugal seria resolvido, naturalmente, depois.

As coisas acabaram por se solucionar de forma diferente já que o papel desempenhado pelo Partido Socialista em Portugal foi de molde a propiciar a abertura de uma via política endógena para a democracia pluralista ainda antes de a Espanha iniciar o seu processo de transição constitucional entre a ditadura franquista e a democracia. E acabou por ser o resultado vitorioso da passagem da ditadura para a democracia em Portugal a influenciar o processo político espanhol.

Um historiador norte-americano resumiu assim as relações entre a revolução portuguesa e a liberalização espanhola:

«Houve, no entanto, influências recíprocas, embora nem os espanhóis nem os portugueses, estejam muito dispostos a reconhecê-las. O ritmo de mudança em Portugal teve realmente um forte impacto em Espanha, por duas razões. Em primeiro lugar, a tentativa de liberalização do regime no tempo de Caetano, em princípios dos anos 70, e o exemplo sempre presente do caos a que o país chegou entre 1974 e 1975. [...] Em segundo lugar, este impacto foi especialmente sentido pela figura principal da situação espanhola: o rei Juan Carlos tinha passado a juventude em Portugal, e o seu pai ainda lá vivia.»²⁵

Todavia, antes de Juan Carlos ser rei muitas coisas aconteceram na Península depois do 25 de Abril de 1974, altura em que se desfez o par das ditaduras ibéricas:

«Por outro lado a Espanha apoiava discretamente a contra-revolução portuguesa. A seguir ao 25 de Abril instalou-se em Madrid Barbieri Cardoso, que tinha sido número dois da PIDE e um dos principais instigadores da oposição ao novo regime português, contra o qual fundou o Exército de Libertação de Portugal (ELP), organizado em Espanha. Por seu lado, o Serviço de Inteligência (SIC) militar português contactou com a União Militar

Democrática (UMD) em fins de 1974 para lhe garantir apoio suficiente em material bélico e logístico para realizar um golpe de Estado, o que permitiria à Revolução portuguesa proteger as suas próprias costas.»²⁶

Entendimento entre militares de ambos os lados da fronteira. Mas também entendimento a nível diplomático geral. Basta recordar que a Espanha foi um dos primeiros estados a reconhecer a Junta de Salvação Nacional, e Madrid, mesmo nas situações mais tensas, como durante o mês de Setembro de 1975, quando grupos de manifestantes radicalizados assaltaram, a 27, a Embaixada de Espanha em Lisboa com o pretexto de protestarem contra a condenação à morte de cinco antifranquistas.

É possível que um dos factores que possibilitou essa moderação nas relações entre os dois países tenha sido a manutenção de contactos entre militares de Portugal e Espanha. Logo no início de 1975 efectuou-se a reunião dos Estados-Maiores Peninsulares prevista nos termos do Pacto Ibérico, e durante a sua passagem pela pasta dos Negócios Estrangeiros o major Melo Antunes sempre deu uma grande atenção às relações com Espanha, tendo-se encontrado sucessivamente com os ministros espanhóis Pedro Cortina, em Junho de 1975, e com José Maria Areilza, na Guarda, em Fevereiro de 1976.

Em suma, as relações entre Lisboa e Madrid no período propriamente revolucionário começaram muito bem. Logo a 29 de Abril de 1974 o Governo espanhol declara manter inalteráveis as relações diplomáticas com Portugal e só essa medida foi de grande importância para o êxito do processo político conduzido pelo MFA.

Depois, com os acontecimentos do 11 de Março de 1975, com a fuga de Spínola por Talavera e, sobretudo, com as desordens junto à Embaixada de Espanha em Lisboa, em Setembro desse ano, viveram-se alguns momentos de tensão. E no seguimento do assalto à Embaixada, deu-se o acto mais espectacular com a retirada dos representantes diplomáticos para Espanha. Mas mais uma vez a moderação dos responsáveis de ambos os Estados impediu que se radicalizassem posições.

Na altura do assalto à Embaixada de Espanha correu a notícia de movimentações militares espanholas entre Cáceres e Badajoz, chegando o primeiro-ministro do VI Governo Provisório a escrever em 1979 que se tratavam de «centenas de tanques pesados».²⁷

Foram assim muitos os rumores nesse período que davam conta de concentrações e movimentações de tropas espanholas na região de Badajoz ou da passagem de avantajados meios militares norte-americanos pelas bases espanholas. «Porém, jamais se efectivou qualquer ameaça provinda de território espanhol. Significativamente, nem sequer o Pacto Ibérico foi denunciado.»²⁸

EM SUMA:

O derrube da Ditadura por militares foi bem acolhido pelos países com quem Portugal mantinha relações políticas e pela generalidade daqueles com quem as não havia.

A formação da Junta de Salvação Nacional a 26 de Abril de 1974 constituída só por oficiais-generais não impediu um rápido reconhecimento diplomático do novo poder político em Portugal por parte da generalidade dos países ocidentais. Deste modo, quando o I Governo Provisório toma posse, em 16 de Maio, os países aliados já haviam reconhecido todos a nova situação.

A evolução do MFA na questão da descolonização colocou a comunidade internacional do seu lado alheando-se do general Spínola no Verão de 1974, no dia 28 de Setembro desse ano, e no 11 de Março de 1975.

A existência de militares nos órgãos de soberania não mereceu reparos específicos por parte dos governantes dos países aliados ou de instituições como a NATO durante os primeiros meses da era pré-constitucional.

Só a partir do 11 de Março de 1975, e mais particularmente quando das tentativas para diminuir o papel da Assembleia Constituinte, é que se sobressaltam as democracias ocidentais perante uma via militar próxima das chamadas «ditaduras de desenvolvimento» (Turquia de Kemal Ataturk, Peru do general Alvarado). A partir do 25 de Novembro de 1975, e sobretudo com a chefia do Exército pelo general Ramalho Eanes, as relações com os aliados militares normalizam-se. As vitórias eleitorais do PS e de Mário Soares em Abril de 1975 e em Abril de 1976 a todos tranquilizam.

O papel da URSS e da PCUS neste processo ainda está por apurar. Mas, para além de não se ter preocupado com a «via militar» original do processo revolucionário, e de ter apoiado a descolonização rápida, há testemunhos publicados sobre o apoio que deu ao PCP e à sua política em Portugal.

Nomeadamente, consideraram positivo o apoio que Álvaro Cunhal deu aos militares mais radicais e à aliança entre o PCP e o MFA defendida por aquele.

A ENTRADA EM VIGOR DA CONSTITUIÇÃO DE ABRIL DE 1976 FOI ENCARADA PELA GENERALIDADE DOS PAÍSES DE DEMOCRACIA PLURALISTA COMO A VITÓRIA PLENA DAS CONCEPÇÕES DEMOCRATAS-OCIDENTAIS.

Outros estados como a RDA e Cuba tiveram um papel activo no apoio à via radical em Portugal e à aliança entre o PCP e o MFA no Verão de 1975.

Curiosamente, os dois estados alemães da altura estiveram activos no período revolucionário em Portugal, tomando partido

a RDA pela via radical e apoiando o PCP, a reforma agrária, etc.; a RFA sustentando a implantação de uma democracia pluralista de tipo ocidental.

A partir do comportamento do Conselho da Revolução no «caso República» e das tentativas de subalternização da Assembleia Constituinte pelas Assembleias do MFA, os principais dirigentes da Europa Ocidental e dos Estados Unidos dispuseram-se a apoiar as forças democráticas pluralistas e os militares moderados nos seus esforços de implantação de um regime político baseado na democracia representativa.

A entrada em vigor da Constituição de Abril de 1976 foi encarada pela generalidade dos países de democracia pluralista como a vitória plena das concepções democratas-

-ocidentais. Desse modo Portugal, após a tomada de posse do I Governo Constitucional em Julho desse ano, não tem qualquer dificuldade em ser admitido como o 19.º membro do Conselho da Europa e em assinar, simultaneamente, a sua adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Também merece realce o facto de o pedido de adesão da República Portuguesa à CEE apresentado em 28 de Março de 1977 ter recebido uma pronta, e esperada, resposta positiva do primeiro Conselho de Ministros da Comunidade realizado em 4 de Abril, sem que a existência de um órgão como o Conselho da Revolução tenha levantado qualquer objecção, por estar inserido numa Constituição tão marcada pelos princípios democráticos-ocidentais como era, apesar do contexto, a Constituição aprovada em 2 de Abril de 1976. E desde Fevereiro desse ano a República Portuguesa participava em pleno nas actividades da NATO. Externamente, era clara a percepção do regresso dos militares aos quartéis e do papel limitado e transitório do Conselho da Revolução após a eleição directa do Presidente da República e a tomada de posse do I Governo Constitucional presidido por Mário Soares. O que se revelou verdadeiro com a revisão constitucional de 1982, a primeira a que o diploma fundamental foi sujeito. **RJ**

NOTAS

1 Cf. cronologia e termos dos reconhecimentos em José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, Lisboa, IN-CM, 1983, pp. 47-50.

2 Mário Soares, *Portugal: Que Revolução*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 61.

3 José Medeiros Ferreira, *op. cit.*

4 Rainer Eisfeld, «Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa Ocidental», in AA.VV., *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985, p. 83.

5 Rainer Eisfeld, *op. cit.*, pp. 90-91.

6 François Mitterrand, *L'Abeille et l'Architecte*, Paris, Flammarion, 1978, pp. 33-35.

7 «Tout se passe comme si les Russes, tentés par l'expérience, son daient la capacité de riposte des Occidentaux. Un régime communiste ou paracomuniste à Lisbonne et, par réaction, les Açores en secession, la partition portuguese repoussant de plusieurs milliers de kilometres vers l'Ouest la ligne de partage des têtes froides que en eût rêve a Yalta? L'extraordinaire fixation des plus hauts dignitaires soviétiques sur la scene étroite ou se joue le dernier acte de la revolution des oeillets, demontre que ce rêve peut habiter des têtes froides» (François Mitterrand, *op. cit.*, p. 34).

8 Bruno Kreisky, «Para uma concentração das Forças Socialistas da Esquerda Democrática», in *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, p. 41 [esta obra foi,

primeiro, editada em alemão sob o título *Freiheit Fur Den Sieger*, por F. Verlag, Zurich, 1976].

9 Cf. Helmut Schmidt, *Des puissances et des hommes*, Paris, Plon, 1989, pp. 189-191.

10 «Certains responsables de l'armée qui représentaient le Portugal dans les organes de l'Alliance et de l'OTAN exprimaient avec une suprenante naïveté des points de vue qui relevaient parfois du marxisme le plus primaire. C'était, en particulier, le cas du chef de gouvernement Gonçalves et du Chef de l'Etat Costa Gomes. C'est pourquoi je comprenais facilement pourquoi Ford et Kissinger se méfiaient du régime de Lisbonne» [*Ibidem*, p. 191].

11 Carlos Gaspar e Vasco Rato, *Rumo à Memória. Crónicas da Crise Comunista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 59.

12 Rainer Eisfeld, *op. cit.*, p. 87.

13 Max Wéry, *E Assim Murcharam os Cravos*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1994, p. 158.

14 *Ibidem*, p. 159.

15 François Mitterrand, *op. cit.*, p. 47.

16 Willy Brandt, «O Povo Português pode contar connosco», in *Liberdade para Portugal*, *op. cit.*, p. 32.

17 *Ibidem*, p. 33.

18 Cf. p.e., José Freire Antunes, *Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, pp. 337-357.

19 Cf. António Spínola, *País sem Rumos*, s.l., Scire, 1978, pp. 158-163.

20 Henry Kissinger, entrevista à revista *Time*, de 27 de Outubro de 1975.

21 Coral Bell, *The Diplomacy of Détente – the Kissinger Era*, Londres, Martin Robertson Ltd., 1977, p. 167.

22 Cf. Walter Isaacson, *Kissinger. A Biography*, Boston, Faber and Faber, pp. 673-685.

23 Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993, p. 339.

24 Cf. Josep Sánchez Cervelló, *Portugal Y España en el Cambio Político (1958-1978)*, Mérida, U.N.E.D., 1989, p. 201.

25 Kenneth Maxwell, artigo no *Diário de Notícias* de 6 de Janeiro de 1985, tradução do original «The emergence of democracy in Spain and Portugal», revista *Orbis*, 1983, p. 171.

26 Josep Sánchez Cervelló, *op. cit.*, p. 350.

27 João Pinheiro de Azevedo, *O 25 de Novembro sem Máscara*, Lisboa, Ed. Intervenção, 1979, p. 95.

28 Cf. José Medeiros Ferreira, *Um Século de Problemas – As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 72.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Antunes, José Freire, *Nixon e Caetano: Promessas e Abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.
- Azevedo, João Pinheiro de, *O 25 de Novembro sem Máscara*, Lisboa, Ed. Intervenção, 1979.
- Barroso, José Manuel, *Segredos de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
- Bell, Coral, *The Diplomacy of Détente – the Kissinger Era*, Londres, Martin Robertson Ltd, 1977.
- Brandt, Willy, «O Povo Português pode contar connosco» in *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.
- Cervelló, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993.
- Cervelló, Josep Sánchez, *Portugal Y España en el Cambio Político (1958-1978)*, Mérida, U.N.E.D., 1989.
- Conflitos e Mudanças em Portugal (1974-1984)*, org. de Eduardo S. Ferreira e Walter Opello, Lisboa, Teorema, 1985.
- Cruz, Manuel Braga da, *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand, 1995.
- Cruzeiro, Maria Manuela, *Costa Gomes – O Último Marechal*, Lisboa, Ed. Notícias, 1998.
- Eisfeld, Rainer, «Influências externas sobre a revolução portuguesa: o papel da Europa Ocidental», in AA.VV., *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985.
- Ferreira, José Medeiros, «Da necessidade de um Plano para a Nação», in 3.º Congresso da Oposição Democrática – Aveiro, Abril de 1973, Teses, 8.ª Sessão, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1974.
- Ferreira, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução de 25 de Abril*, Lisboa, IN-CM, 1983.
- Ferreira, José Medeiros, «International Ramifications of the Portuguese Revolution», in Graham e Wheeler, *In Search of Modern Portugal*, The University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1983.
- Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.
- Ferreira, José Medeiros, *Portugal em Transe, História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. VIII, 1994.
- Ferreira, José Medeiros, «Uma Revolução Imperfeita», in *Revista de História das Ideias*, vol. 7, Faculdade de Letras, Coimbra, 1985.
- Ferreira, José Medeiros, *Um Século de Problemas – As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.
- Gaspar, Carlos e Rato, Vasco, *Rumo à Memória. Crónicas da Crise Comunista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.
- Isaacson, Walter, *Kissinger. A Biography*, Boston, Faber and Faber, 1992.
- Kissinger, Henry, entrevista à revista *Time*, de 27 de Outubro de 1975.
- Kreisky, Bruno, «Para uma concentração das Forças Socialistas da Esquerda Democrática», in *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976.
- Maxwell, Kenneth, artigo no *Diário de Notícias* de 6 de Janeiro de 1985, tradução do original «The emergence of democracy in Spain and Portugal», revista *Orbis*, 1983.
- Maxwell, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- Mesquita, Mário, Rebelo, J., *O 25 de Abril nos Média Internacionais*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1994.
- Miranda, Jorge, *A Constituição de 1976*, Lisboa, Livraria Petrony, 1978.
- Mitterrand, François, *L'Abeille et l'Architecte*, Paris, Flammarion, 1978.
- Oliveira, César, *Os Anos Decisivos, Portugal 1962-1985, Um Testemunho*, Lisboa, Presença, 1993.
- Portugal, 20 Anos de Democracia*, org. António Reis, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Portugal, O Sistema Político e Constitucional (1974-1987)*, org. Mário Baptista Coelho, Lisboa, ICS, 1989.
- Sá, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- Santos, J. A. Loureiro, *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político*, Lisboa, IN-CM, 1980.
- Santos, José Loureiro dos, *Reflexões sobre Estratégia*, Lisboa, Europa-América.
- Schmidt, Helmut, *Des puissances et des hommes*, Paris, Plon, 1989.
- Soares, Mário, *Portugal: Que Revolução*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- Spínola, António, *País sem Rumos*, s.l., Scire, 1978.
- Wéry, Max, *E Assim Murcharam os Cravos*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1994.